

Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica¹

Marital relationships and long-term marriages in scientific literature

Júnia Denise Alves-Silva, Fabio Scorsolini-Comin

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rua Conde de Prados, 155, Abadia, 38025-260, Uberaba, MG, Brasil. juniaalvess@hotmail.com, fabioscorsolini@gmail.com

Manoel Antônio dos Santos

Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Av. Bandeirantes, 3900, Monte Alegre, 14040-901, Ribeirão Preto, SP, Brasil. masantos@ffclrp.usp.br

Resumo. Este estudo teve por objetivo apresentar uma revisão integrativa da literatura científica acerca dos processos de construção e transformação da conjugalidade na contemporaneidade, com destaque para os casamentos de longa duração. A revisão foi realizada nas bases LILACS, PePSIC e SciELO, no período de 2009 a 2015. Foram recuperados 18 artigos a partir dos critérios de inclusão preestabelecidos. Os resultados mostram que, dos artigos recuperados, 15 são estudos empíricos que utilizaram enfoques quantitativos e qualitativos. Verificou-se que não há consenso em relação à definição do casamento de longa duração, e são escassos os estudos específicos sobre esse arranjo conjugal. Destaca-se que tal dificuldade não se restringe à duração de um casamento em anos, mas perpassa a própria concepção de relacionamento conjugal que compartilhamos na contemporaneidade, caracterizado pela coexistência de características tradicionais e modernas, e pela diversidade nos modos de vivenciar a conjugalidade. Essas transformações têm sido atribuídas às mudanças do papel social da mulher e do relacionamento amoroso como pedra angular do casamento. As uniões conjugais passaram a ser entendidas como uma escolha individual baseada no amor, na amizade e no companheirismo. Torna-se necessário investigar os casamentos de longa duração para melhor compreender os processos recentes de transformação da conjugalidade.

Palavras-chave: conjugalidade, relações conjugais, casamento.

Abstract. This study aimed to present an integrative review of scientific literature on the processes of construction and transformation of conjugality in contemporaneity, especially in long-term marriages. The review was carried out in LILACS, PePSIC and SciELO from 2009 to 2015. Following the inclusion criteria, a total of 18 studies were selected for analysis. The results show that 15 articles from the recovered ones are empirical studies focusing on quantity and quality. It was found that there is no consensus relating the definition of long-term marriages and there are few specific studies on this marital arrangement. It is noteworthy that this difficulty is not restricted to the duration of a marriage in years, but permeates the very conception of conjugal relationship that we share in the contemporary world, character-

¹ Este estudo é parte integrante do projeto de pesquisa de Pós-Doutorado de Fabio Scorsolini-Comin (segundo autor), sob supervisão do Manoel Antônio dos Santos (terceiro autor). Financiamento: Bolsa de Pós-Doutorado Junior PDJ-CNPq (Processo nº 501391/2013-4). Também contou com o apoio de bolsa de Iniciação Científica do CNPq, concedida à primeira autora, Júnia Denise Alves-Silva.

ized by the coexistence of traditional and modern characteristics and the diversity in ways of experiencing conjugality. These modifications have been attributed to changes in the social role of women and the affective relationship as a main subject of marriage. Conjugal unions have become an individual choice based on love, friendship and fellowship. It is necessary to investigate the long-term marriages to better understand the recent processes of transformation of conjugality.

Keywords: conjugality, marital relationship, marriage.

A conjugalidade vem sendo redefinida a partir das constantes transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da contemporaneidade (Torres, 2004). No Brasil, durante o século XIX, os casamentos eram regulados por interesses financeiros e pela preocupação dos pais em garantir um bom matrimônio para seus filhos. Nessa época, o namoro quase não existia e o noivado era breve, pois havia pressa em unir os noivos (Del Priore, 2006), o que indicava os reais propósitos das uniões conjugais. O modelo predominante de constituição familiar e de casamentos tradicionais orientou as uniões no Brasil até a década de 1970. O avanço do processo de urbanização da sociedade acarretou inevitáveis mudanças nos valores culturais, o que provocou também transformações na família tradicional brasileira (Del Priore, 2006).

Essas mudanças foram protagonizadas pelas mulheres, no rastro de um processo de emancipação contínua, e impactaram os significados atribuídos às relações amorosas e seu papel no casamento. As mulheres se esforçaram para ultrapassar os limites impostos pelo exercício exclusivo da função materna, expandindo sua inserção na sociedade com a entrada no mercado de trabalho. O amor passou a ser associado ao relacionamento conjugal e a ser considerado como elemento fundamental para sua manutenção (Falcke e Zordan, 2010; Iafrate *et al.*, 2012; Stanley *et al.*, 2012). Desse modo, na contemporaneidade, admite-se que o afeto é essencial para o casamento e a formação da família, não obstante a questão do patrimônio e da transmissão familiar continuar a circular nesse contexto. Isso significa que, apesar de todas as mudanças, ainda existem muitas famílias que funcionam de acordo com os padrões tradicionais (Dessen e Braz, 2005; Torres, 2004).

A coexistência do contemporâneo e do tradicional levou Amorim e Stengel (2014) a utilizarem o termo *customizado* para definir as relações contemporâneas, considerando a per-

sonalização das relações conjugais, na qual um relacionamento combina elementos “novos e antigos” em busca de sua particularidade. Ou seja, mesmo preservando uma base pré-formatada em valores consagrados, de alguma maneira esses relacionamentos apresentam um rompimento de alguns estereótipos e paradigmas vigentes.

Os aspectos histórico-sociais influenciam significativamente a dinâmica conjugal, desde a escolha do par até a construção da trajetória percorrida pelo casal (Neves *et al.*, 2013). O século XXI vem sendo caracterizado pela pluralidade dos modelos de conjugalidade em evidência. Tem-se como resultado o progresso das relações conjugais, marcadas pela não obrigatoriedade da formalização da união, a facilitação do divórcio para as relações formalizadas e a garantia de igualdade de direitos entre os cônjuges, diferentemente dos modelos tradicionais em que os papéis masculinos e femininos eram bem definidos e perpetuavam a supremacia dos homens. O casamento passa a ser uma escolha de cada indivíduo, baseada em laços de afinidade e proximidade (Magalhães e Féres-Carneiro, 2003). A sexualidade também desempenha um papel importante na conjugalidade contemporânea, pois, se antes aparecia como uma experiência partilhada por pessoas casadas, hoje é considerada indispensável a qualquer tipo de relacionamento conjugal (Bozon, 2003).

A partir da experiência clínica, Scribel *et al.* (2007) observaram que as relações amorosas são valiosas por seu potencial de contribuição para o crescimento pessoal. Nesse sentido, as autoras acreditam que o casamento pode levar à autonomia, maturidade e estabilidade dos parceiros, como também pode ser um campo para a permanência de conflitos. Com a formação do casal, haverá um entrelaçamento de esquemas precoces oriundos de cada parceiro, que, ao serem introduzidos na relação conjugal, originarão um padrão interacional novo e específico desses cônjuges. Esses es-

quem correspondem às referências que configuram os modos habituais como as pessoas compreendem o mundo e veem as coisas. As crenças construídas por cada cônjuge ao longo das vivências com suas famílias de origem estariam incluídas na constituição desses esquemas. Os casamentos adaptativos – com crescimento pessoal e conjugal – e não adaptativos – com predomínio de interações negativas – dependerão desses esquemas acionados (Scribel *et al.*, 2007).

Féres-Carneiro (1998) postula a noção de que o casal é formado, ao mesmo tempo, por duas individualidades e uma conjugalidade, ou seja, duas pessoas diferentes que vivem uma mesma história de vida conjugal, ancorada por uma relação amorosa. Segundo a autora, o casamento, na contemporaneidade, é marcado pela busca do espaço individual e pela conquista da autonomia. Apesar disso, a constituição de um casal necessita engendrar a criação de uma zona comum de interação, que permita o desenvolvimento dos cônjuges e a realização de projetos em comum. No contexto francês, Bozon (2003) acrescenta que a construção do casal se dá na duração. Para esse autor, portanto, é necessário que o casamento perdure por certo tempo e que o casal tenha afinidades e compartilhe certos repertórios, para que a convivência seja possível e estimulante, promovendo o desenvolvimento dos cônjuges. Apesar disso, as divergências também são consideradas importantes para o amadurecimento dos cônjuges, pois trazem movimento e novos desafios que podem enriquecer o casal (Anton, 2002).

A exacerbação do individualismo na contemporaneidade afeta a visão de relacionamento afetivo, atualmente encarado como solúvel e, em certos casos, volátil. Por esse motivo, a duração dos relacionamentos modernos é incerta e vincula-se fundamentalmente ao grau de satisfação de cada um (Carvalho e Paiva, 2010). As relações acabam se apropriando de algumas características da modernidade líquida, como a solubilidade dos afetos (Bauman, 2004). Há sempre uma novidade disponível no mercado, geralmente com a promessa de que será melhor e mais completa. A situação criada para estimular o consumo frenético de objetos acabou influenciando e encontrando um equivalente na efemeridade dos relacionamentos amorosos. As pessoas parecem estar em busca de “versões mais completas” de seus companheiros, assim como exploram novas versões identitárias, como aponta Bauman. As

pessoas começam a se questionar sobre as possíveis vantagens de só ficar juntas ou investir em um vínculo conjugal. Esse dilema permeia os casais contemporâneos, que vivenciam esse movimento de articular individualidades e conjugalidade (Neves *et al.*, 2013), cada vez mais desafiador no contexto de uma sociedade em vertiginoso processo de transformação dos relacionamentos íntimos.

Uma mudança que vem se observando diz respeito à atitude do homem e da mulher frente ao casamento nos últimos 30 anos. Entre os fatores que vêm contribuindo para esse cenário em transformação, destacam-se: (i) mudança das práticas e concepções sobre a vida familiar; (ii) aumento da autonomia e da liberdade individual no plano da vida privada; (iii) mudança na forma de encarar a sexualidade e a privacidade dos laços conjugais; (iv) emancipação econômica da mulher, com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho; (v) o casamento passou a ter cada vez mais o *status* de optativo, em vez de compulsório; (vi) taxa de nupcialidade atual inferior à década de 1970, que chegou a 13 casamentos por mil habitantes; (vii) aumento da idade com que as pessoas se casam e adiamento do nascimento do primeiro filho (Silva e Relvas, 2007).

Além dessas transformações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) também registrou elevação no número de casamentos, devido ao reconhecimento legal de uniões informais – coabitação dos cônjuges sem uma união de registro civil – e do número de divórcios. Os estudos da área de família e conjugalidade têm se voltado especialmente para a investigação dos motivos envolvidos no divórcio ou para a compreensão das dinâmicas conjugais (Féres-Carneiro e Diniz Neto, 2010; Pasquali e Moura, 2003; Scorsolini-Comin e Santos, 2012), sem dar tanta atenção aos relacionamentos considerados de longa duração.

Nesse cenário, importantes questionamentos emergem, tais como: quais as motivações de um casal para permanecer unidos ao longo dos anos? Como esses casais manejam as transformações na individualidade e na conjugalidade ao longo do tempo? Os estudos sobre os casamentos duradouros ou sobre os casamentos de longa duração mostram-se incipientes, notadamente no contexto nacional (Norgren *et al.*, 2004; Paiva e Gomes, 2006). Internacionalmente, priorizam-se estudos com casais longevos, mas há pouca reflexão sobre

essa dinâmica conjugal, com maior atenção às questões de saúde e desenvolvimento dessa parcela da população, notadamente composta por pessoas de meia idade e idosos (O'Leary *et al.*, 2012). O casamento geralmente é investigado como um fenômeno que pode ser associado a melhores práticas de cuidado de si e maiores níveis de qualidade de vida e bem-estar subjetivo, porém, há pouca discussão sobre como esses casais estruturam a conjugalidade ao longo do tempo. A partir dos argumentos expostos e considerando a necessidade de conhecer o *status* atual da produção científica acerca do tema, este estudo teve por objetivo apresentar uma revisão integrativa da literatura científica acerca dos processos de construção e transformação da conjugalidade, com destaque para os casamentos de longa duração. Espera-se, a partir da sistematização do conhecimento produzido, poder contribuir para as discussões na área de família e conjugalidade, com destaque para os casamentos longevos, ainda pouco explorados na ciência psicológica.

Método

Tipo de estudo: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica. Esse tipo de estudo objetiva, por meio de uma metodologia sistemática de busca, seleção e análise, descrever a produção científica acerca de uma temática, destacando o estado da arte e apresentando as possibilidades de futuras investigações. Estudos de revisão integrativa são formas relevantes de se promover diálogo entre diferentes áreas do conhecimento, de modo a potencializar investigações futuras, com foco na construção de evidências que orientem as práticas em saúde (Mendes *et al.*, 2008). No contexto da ciência psicológica, as revisões integrativas podem ser importantes no sentido de balizar práticas e oferecer subsídios para a pesquisa e para a atuação em determinado contexto (Scorsolini-Comin, 2014).

Bases indexadoras: Este estudo envolveu uma busca sistemática nas seguintes bases indexadoras eletrônicas de abrangência nacional e latino-americana: LILACS, PePSIC e SciELO. Os descritores utilizados foram: casamento, casamento de longa duração, conjugalidade e relação conjugal, bem como seus respectivos equivalentes em inglês.

Critérios de inclusão: Os critérios estabelecidos para a inclusão dos estudos foram: (i) artigos publicados em periódicos indexados; (ii) redigidos nos idiomas português, inglês

ou espanhol; (iii) publicados no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2015; (iv) com temática pertinente ao objetivo da revisão e que tratassem dos processos de construção e transformação da conjugalidade ao longo do tempo. A seleção apenas de artigos publicados em periódicos indexados visou a cotejar produções que passaram, necessariamente, por um processo de avaliação por pares, com rigoroso controle de qualidade do processo de arbitragem do conhecimento produzido. A adoção desse critério fundamentou-se em outras revisões, empreendidas com semelhante grau de rigor, que indicaram a necessidade de se tomar esse cuidado como balizador das condições de produção em dado período. A seleção de artigos publicados entre 2009 e 2015 visou a abarcar apenas publicações recentes, a fim de traçar um retrato mais fiel da produção contemporânea, bem como apontar possíveis lacunas e aberturas para novos estudos. Não foram feitas restrições em relação ao tipo de delineamento metodológico (estudos teóricos, empíricos, de revisão, estudos de caso ou outros), nem em relação às abordagens teóricas ou às áreas nas quais as pesquisas foram desenvolvidas. Apesar de a revisão integrativa não incluir revisões de literatura, optou-se por considerá-las nas buscas, a fim de ampliar o leque de informações, considerando especialmente que há uma produção escassa de estudos sobre a temática dos casamentos de longa duração. Nesse sentido, estudos de revisão auxiliam a análise das transformações da conjugalidade ao longo do tempo.

Critérios de exclusão: (i) livros, capítulos de livro, resenhas, resumos, atas de congressos, cartas, notícias, dissertações e teses; (ii) temática distante do objetivo do estudo; (iii) artigos publicados no período anterior a 2009.

Procedimento: O levantamento bibliográfico e captura das referências ocorreram em dezembro de 2015, por meio de dois juízes independentes, ambos com familiaridade com procedimentos de revisão e pesquisadores na área de conjugalidade. Em um primeiro momento, foi realizada uma leitura minuciosa dos resumos encontrados ($N = 1516$) a partir dos unitermos utilizados e da combinação dos mesmos, excluindo-se os estudos que não se enquadravam nos critérios de inclusão elencados. Após uma primeira seleção realizada pelo exame dos resumos, 51 estudos foram selecionados, recuperados, examinados e lidos na íntegra. Desses, 33 trabalhos foram excluídos, por se tratarem de investigações

com pessoas casadas, mas que não abordavam, necessariamente, o relacionamento conjugal, tampouco mencionavam os casamentos de longa duração. Posteriormente, em função da maior ou menor proximidade com o tema de interesse, uma nova seleção foi realizada, restringindo-se a revisão apenas aos artigos diretamente relacionados ao tema. Desse modo, foram incorporadas à revisão apenas as publicações recuperadas nessa última seleção ($N = 18$), que constituíram o *corpus* de análise do presente estudo. O procedimento de seleção, análise e composição da amostra está representado na Figura 1.

Em todas as etapas, as discordâncias entre os dois juizes foram avaliadas por um terceiro juiz, que decidiu sobre a inclusão ou não do material alvo da discordância. Os artigos recuperados foram categorizados para posterior discussão. A discussão dos mesmos foi organizada a partir de seis núcleos temáticos que retratavam os conteúdos dos artigos do *corpus*. Esses núcleos foram construídos a partir da leitura do conjunto de artigos recuperados, e a discussão foi orientada não apenas pelos artigos do *corpus* como demais

referências importantes para o tema em apreço (Norgren *et al.*, 2004; Paiva e Gomes, 2006). Os núcleos temáticos delimitados foram: (i) Amor e conjugalidade no mundo contemporâneo; (ii) Escolha conjugal: motivos e expectativas frente ao casamento; (iii) Relação conjugal: uma construção possível; (iv) Amor de longa duração; (v) Influência dos papéis de gênero na conjugalidade; (vi) Conflitos conjugais e estratégias de resolução.

Resultados

A Tabela 1 compila algumas informações relevantes para caracterização do *corpus* de análise. A maioria dos artigos selecionados tem caráter empírico (Aboim, 2009; Sardinha *et al.*, 2009; Zordan *et al.*, 2009; Silva *et al.*, 2010; Mosmann e Falcke, 2011; Appel *et al.*, 2012; Silva *et al.*, 2012; Borges e Magalhães, 2013; Cantarelli *et al.*, 2013; Borges *et al.*, 2014; Heckler e Mosmann, 2014; Quissini e Coelho, 2014; Costa e Mosmann, 2015; Costa *et al.*, 2015; Grizólio *et al.*, 2015).

Entre os 15 artigos empíricos selecionados, dez utilizaram-se de métodos qualitativos de

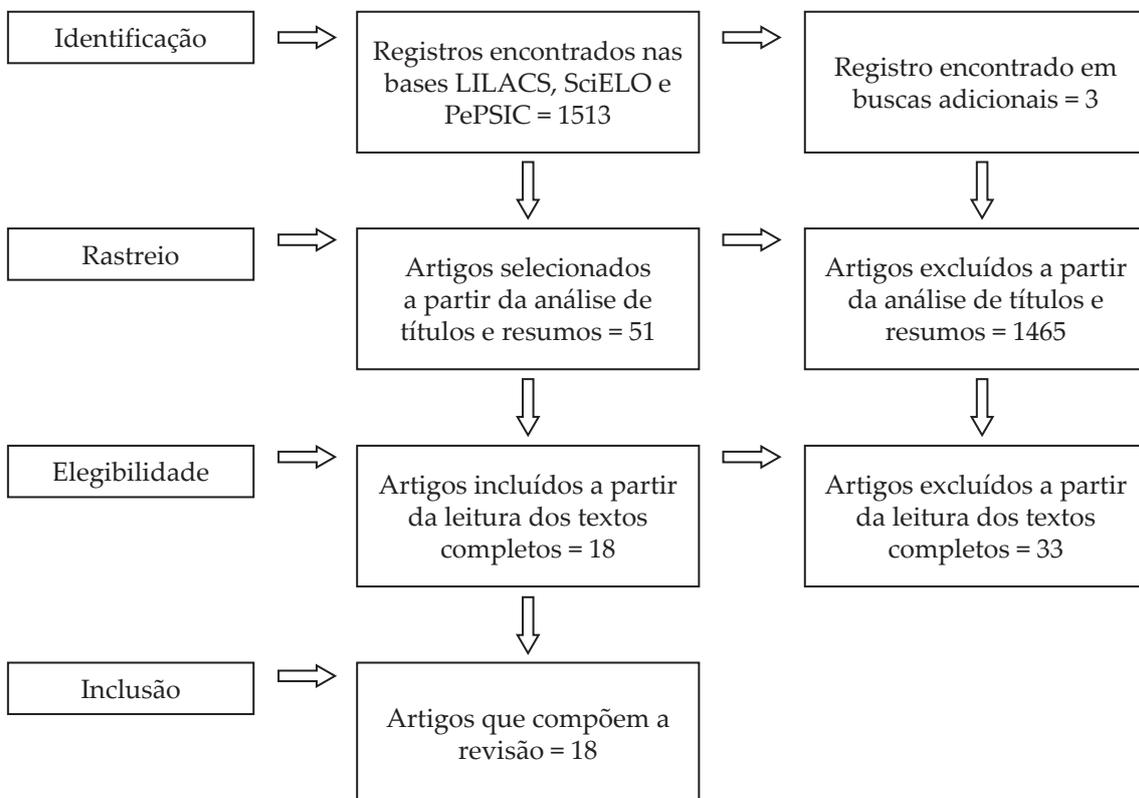


Figura 1. Fluxograma com os procedimentos de seleção dos artigos.

Figure 1. Flowchart with the procedures of selection of articles.

Tabela 1. Caracterização da amostra analisada (N =18).
Table 1. Characterization of analyzed sample (N = 18).

N.	Título	Autores	Ano	Periódico	Tipo de estudo
1	Da pluralidade dos afetos: Trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas	Aboim	2009	<i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>	Empírico
2	A escolha do cônjuge	Levy	2009	<i>Revista Brasileira de Estudos de População</i>	Teórico
3	Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura	Oltramari	2009	<i>Psicologia em Estudo (Maringá)</i>	Revisão
4	As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge	Sardinha <i>et al.</i>	2009	<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	Empírico
5	Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento	Zordan <i>et al.</i>	2009	<i>Psicologia em Revista</i>	Empírico
6	Em busca da “cara-metade”: motivações para a escolha do cônjuge	Silva <i>et al.</i>	2010	<i>Estudos de Psicologia (Campinas)</i>	Empírico
7	Conflitos conjugais: motivos e frequência	Mosmann e Falcke	2011	<i>Revista da SPAGESP</i>	Empírico
8	As condições do trabalho e do relacionamento do casal são protetivas à saúde geral? Um estudo sobre o modelo de ajustamento diádico no Brasil	Appel <i>et al.</i>	2012	<i>Barbarói</i>	Empírico
9	As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados	Silva <i>et al.</i>	2012	<i>Estudos de Psicologia (Natal)</i>	Empírico
10	Individualism, life trajectories and plans of constituting a family	Borges e Magalhães	2013	<i>Estudos de Psicologia (Campinas)</i>	Empírico
11	“Eu não alterei o meu nome”: o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável	Cantarelli <i>et al.</i>	2013	<i>Pensando Famílias</i>	Empírico
12	O processo da escolha conjugal sob a perspectiva da psicanálise vincular	Almeida	2014	<i>Pensando Famílias</i>	Teórico
13	Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos	Borges <i>et al.</i>	2014	<i>Arquivos Brasileiros de Psicologia</i>	Empírico
14	Casais de dupla carreira nos anos iniciais do casamento: compreendendo a formação do casal, papéis, trabalho e projetos de vida	Heckler e Mosmann	2014	<i>Barbarói</i>	Empírico
15	A influência das famílias de origem nas relações conjugais	Quissini e Coelho	2014	<i>Pensando Famílias</i>	Empírico
16	Relacionamentos conjugais na atualidade: percepções de indivíduos em casamentos de longa duração	Costa e Mosmann	2015	<i>Revista da SPAGESP</i>	Empírico

Tabela 1. Continuação.
Table 1. Continuation.

N.	Título	Autores	Ano	Periódico	Tipo de estudo
17	The perception of parenting couples engaged in long-term marriages	Grizólio <i>et al.</i>	2015	<i>Psicologia em Estudo</i>	Empírico
18	Marital conflicts in long-term marriages: motives and feelings	Costa <i>et al.</i>	2015	<i>Psicologia em Estudo</i>	Empírico

pesquisa, o que nos permite considerar que a diversidade de abordagens metodológicas não tem conferido ao tema um tratamento único ou que exclua determinados delineamentos (Aboim, 2009; Silva *et al.*, 2010; Silva *et al.*, 2012; Borges e Magalhães, 2013; Cantarelli *et al.*, 2013; Borges *et al.*, 2014; Heckler e Mosmann, 2014; Quissini e Coelho, 2014; Costa e Mosmann, 2015; Grizólio *et al.*, 2015). Quatro artigos empregaram o método quantitativo (Sardinha *et al.*, 2009; Zordan *et al.*, 2009; Mosmann e Falcke, 2011; Appel *et al.*, 2012) e apenas um empregou método misto (Costa *et al.*, 2015). É possível considerar que a maior frequência de estudos qualitativos selecionados para esta revisão esteja relacionada com a busca de uma aproximação em relação à subjetividade dos participantes. Esse tipo de enfoque metodológico permite que o pesquisador entre em contato com o universo de significados e as particularidades da conjugalidade que não podem ser mensuradas. Não se trata de diminuir a relevância das pesquisas quantitativas, mas sim considerar os possíveis motivos da maior frequência de pesquisas qualitativas nesse recorte, até porque ambos os métodos não são excludentes, apenas apresentam objetivos diferentes. Comparando esse achado com o cenário internacional, observa-se, no exterior, o predomínio de métodos quantitativos (O’Leary *et al.*, 2012).

De modo convergente, a produção recuperada evidencia que a qualidade dos relacionamentos íntimos tem implicações na saúde física e mental, e também na vida profissional de homens e mulheres, corroborando estudos recentes publicados no contexto internacional (Iafrate *et al.*, 2012; Stanley *et al.*, 2012; O’Leary *et al.*, 2012) e também em nível nacional (Scorsolini-Comin e Santos, 2012). Segundo Norgren *et al.* (2004), a despeito de seu caráter secular, o casamento é uma construção que, ao se constituir, está apenas começando. Para Zordan *et al.* (2009), o casamento contemporâ-

neo se caracteriza pela pluralidade de modelos conjugais existentes, ou seja, não se vê apenas o modelo único de família nuclear tradicional que vigorou por tanto tempo. Atualmente, coexistem características tradicionais e contemporâneas nos casamentos.

Discussão

Amor e conjugalidade no mundo contemporâneo

A construção dos relacionamentos amorosos da contemporaneidade sofre influências de demandas do contexto social, como as exigências do mercado de trabalho, a emancipação feminina, a dupla carreira dos cônjuges, a liberação sexual, a possibilidade do divórcio e o fim dos casamentos nos moldes consagrados, além da ênfase no individualismo (Heckler e Mosmann, 2014). O casamento não é uma instituição imposta aos indivíduos contemporâneos, apesar da importância que é atribuída à função subjetiva dos laços amorosos, o que permite que uma vida a dois seja uma entre tantas possibilidades de realização dos indivíduos na construção de sua trajetória de vida (Borges *et al.*, 2014).

Oltramari (2009) constatou, em estudo de revisão, que as concepções de amor na contemporaneidade podem ser identificadas como híbridas, ou seja, concomitantemente ao elemento romântico, o amor vem incorporando elementos da paixão. Isso sugere que as pessoas buscam as emoções da paixão mesclada à segurança do amor. No conhecido Soneto da Fidelidade, o poeta já havia se referido ao amor como uma experiência intensa e fugaz: “Que não seja imortal, posto que é chama / Mas que seja infinito enquanto dure” (Moraes, 1992).

Bauman (2004) recorre à metáfora do “amor líquido” para postular que a fragilidade dos laços afetivos é decorrente das relações

de consumo cada vez mais onipresentes em nosso contexto sócio-histórico. Os vínculos têm se tornado mais rápidos e menos cristalizados, apesar de ainda se perceber o desejo de um relacionamento que perdure. Observa-se, assim, a vivência de um paradoxo nas relações contemporâneas, com a coexistência da valorização da individualidade e a importância atribuída à função subjetiva dos vínculos amorosos. Nesse contexto, o indivíduo pode se sentir receoso de perder sua liberdade e independência por estar comprometido amorosamente (Borges *et al.*, 2014).

Zordan *et al.* (2009) afirmam que o casamento contemporâneo tem se preocupado cada vez mais com a qualidade conjugal, e não necessariamente com a duração da relação. Em pesquisa realizada com 240 sujeitos portugueses sobre características associadas aos casamentos heterossexuais e homossexuais (Poeschl *et al.*, 2015), percebeu-se, pelas respostas dos participantes, que o casamento heterossexual apresenta um conceito mais estereotipado, com significados partilhados, enquanto que o conceito de casamento homossexual se mostra pouco estruturado e sujeito a discordâncias de opiniões. Apesar dessa diferença, os resultados encontrados mostraram que a palavra “amor” foi a mais relacionada pelos entrevistados em ambos os tipos de casamento, indicando que a finalidade de cimentar o vínculo amoroso é a mais considerada por eles para se casarem.

O amor e os relacionamentos amorosos em prestam sentidos e significados diferenciados ao enfrentamento das dificuldades cotidianas. Almeida (2014) argumenta que estar junto não significa estar vinculado, assim como um casal que se entende não quer dizer que os parceiros estejam sempre de acordo. O conceito de vínculo se caracteriza por abordar a mediação e a construção intersubjetiva dos sujeitos, o que significa que ambos têm importância na constituição da realidade vincular, de modo que os aspectos da singularidade do outro podem afetar a constituição subjetiva do eu. Sendo assim, as pessoas se unem por diferentes motivos e princípios. Ao se unir, um casal leva consigo um legado familiar que vai participar da constituição do vínculo conjugal, de modo que cada cônjuge atualiza e convive com as bagagens psíquicas de seu parceiro, o que também indica que o modelo de casal dos pais, avós e outros ancestrais costuma ser inspiração para o vínculo conjugal do novo casal – seja para enriquecer a relação e favorecer seu desenvol-

vimento ou para aprisionar os cônjuges nessas experiências (Almeida, 2014).

Considerando que o amor é construído socialmente, embora seja também de construção particular, entende-se que a relação amorosa resulta de um movimento histórico (Borges *et al.*, 2014). Oltramari (2009) discute as ideias de Bozon (2003) a respeito do amor constituído como uma prática social, considerando que a primeira ação que o definiria como tal seria a troca de informações e confidências entre os amantes, que, por meio dessa interação, vão construindo sua relação amorosa. Assim, há uma busca cada vez mais evidente do amor na conjugalidade. Bozon sugere ainda que muitas relações terminam porque o amor chega ao fim, mas as pessoas continuam a buscá-lo em novos relacionamentos. Almeida (2014) conjectura se a sabedoria do amor consistiria em conciliar nossas expectativas sobre a capacidade do outro em se adequar ao nosso próprio crivo com o respeito às suas particularidades. De outro modo, o autor considera que correríamos o risco de tornar nossas relações interpessoais uma projeção de nossa própria subjetividade, correndo o risco de tornar a vida monótona.

Em pesquisa com 22 mulheres portuguesas com idades entre 30 e 40 anos, casadas ou recasadas e com filhos, buscou-se identificar as diferentes orientações amorosas que despontam com o passar dos anos de conjugalidade (Aboim, 2009). A autora identificou que, na maioria dos casos, o amor é um processo dinâmico e sujeito às mudanças advindas do tempo de convivência e da rotinização da conjugalidade. Os discursos femininos sobre o início do casamento foram marcados por termos que designam o amor apaixonado – como “paixão” e “estar apaixonado”, indicando que esse é um período de intensa relação fusional entre os cônjuges, quando estão delineando seu projeto de vida a dois e organizando suas novas rotinas. Pelos relatos das entrevistadas, foi possível perceber que há uma pluralidade de orientações amorosas que coexistem na conjugalidade, assim como diferentes formas de construir a afetividade na vida do casal (Aboim, 2009).

Com base nessa busca do amor em novos relacionamentos, é possível situar o recasamento, que aparece como uma nova modalidade de relacionamento conjugal característico da contemporaneidade. Visando investigar as representações sociais da conjugalidade em casais recasados, Silva *et al.* (2012) desen-

volveram um estudo com dois grupos focais, com um total de nove pessoas, sendo cinco mulheres e quatro homens. Os autores observaram que as experiências de ambos têm certa similaridade, com a consideração da conjugalidade como uma vivência importante e que pode trazer felicidade, daí a opção por se casarem novamente. Os participantes destacaram, no entanto, que não seria tão simples alcançar essa felicidade, devido à dificuldade de negociar e ceder no cotidiano da conjugalidade. As mulheres indicaram que a felicidade no casamento existe quando o homem se apresenta como companheiro, e os homens a indicaram quando a mulher se torna um porto seguro e apresenta um comportamento ativo no casamento. Silva *et al.* (2012) observaram também que uma das dificuldades enfrentadas pelo casal recasado é ajustar a nova composição familiar e compartilhar papéis, como os de pai e mãe a partir da incorporação de filhos do casamento anterior.

O “namorado” também se apresenta como uma nova modalidade de relacionamento conjugal na qual acontece coabitação, união por vontade própria e falta de compromisso com a durabilidade e oficialização do relacionamento. Duarte e Rocha-Coutinho (2011) investigaram essa relação com base no discurso de cinco mulheres que vivenciavam esse tipo de conjugalidade. As entrevistadas relataram que se sentem casadas, apesar de não se considerarem em um casamento tradicional. Seus companheiros são vistos como namorados e maridos ao mesmo tempo – daí a denominação “namorado” para referir-se a esse arranjo. São namorados, por serem alguém de quem se gosta e sem que haja necessidade de a relação se tornar um casamento, e são maridos, por haver planos de vida em comum, casa e despesas compartilhadas.

Borges *et al.* (2014) observaram que, no contexto atual, os casamentos reforçam a necessidade de conciliação entre as individualidades dos membros e a conjugalidade, de modo que a vida conjugal não frustre os planos individuais. Vivências que antes eram socialmente aceitas a partir do casamento hoje podem se constituir como um projeto individual, e não necessariamente como um projeto conjugal. Como exemplo, é possível arrolar a família, a sexualidade e a procriação (Borges *et al.*, 2014). Observa-se que as mudanças sociais não acontecem linearmente com o decorrer do tempo, mas sim a partir da incorporação de novos valores aos antigos, o que pode

se apresentar com contradições e paradoxos (Borges e Magalhães, 2013).

Escolha conjugal: motivos e expectativas frente ao casamento

Segundo Levy (2009), em todas as sociedades humanas há regras estabelecidas que regulam a escolha dos cônjuges. Durante o período colonial no Brasil, essa escolha era regida pela família dos noivos e também pela religião, não se levando em consideração a opinião do novo casal. Os casamentos, principalmente entre as classes abastadas, eram decididos com base nas razões pessoais do *pater familias*, sem considerar questões como amor, paixão ou atração física dos nubentes.

Já no século XIX, o processo de escolha conjugal foi se modificando gradualmente – os futuros cônjuges passaram a ser mais ativos na tomada de decisão, apesar de os interesses familiares ainda guiarem os casamentos. Segundo Del Priore (2006), as missas na igreja eram o evento social que encobria o início dos romances. Os jovens se arrumavam da melhor maneira possível, a fim de causar boa impressão, mesmo que não pudessem conversar entre si. Era somente depois de firmado o compromisso do casamento que o casal podia se encontrar e, mesmo assim, sob a vigilância atenta da família da moça. As idades, ao se casar, situavam-se entre 20 e 29 anos para os homens e entre 15 e 24 anos para as mulheres. Aquelas que não se casavam até os 30 anos eram denominadas “solteironas”, termo que embutia um sentido pejorativo por ser associado à incapacidade de se conseguir um casamento. Para aquelas que “ficavam para tia”, restava-lhes o papel de cuidar da casa dos parentes, ou até mesmo o concubinato e a prostituição (Levy, 2009).

Com a modernização e a tecnologia que emergiram dos escombros da Segunda Guerra Mundial, os padrões de namoro vigentes assumiram um caráter mais moderno. A Constituição Federal Brasileira de 1988 contemplou uma valorização da dignidade humana, que gerou mudanças nos costumes vigentes até aquele período. Os casamentos sofreram alterações, como a possibilidade de dissociação entre a gratificação sexual e a procriação, além da valorização da pessoa e do afeto para a escolha do cônjuge. A escola, a mídia em geral e a Internet têm um papel fundamental e influente na construção de novas formas de relacionamento entre as pessoas. Novos modos

de subjetivação são inscritos na vida social. O namoro atual se fundamenta nas relações afetivas, no companheirismo e no compromisso entre o casal, podendo haver ou não a coabitação, sem a obrigatoriedade de se constituir uma família (Levy, 2009).

Entre as expectativas contemporâneas ligadas ao casamento, está a busca pela satisfação afetiva, amorosa e sexual do indivíduo, que se apresenta como a finalidade principal da vida em casal, e não mais o sustento de um núcleo familiar (Borges *et al.*, 2014). Apesar dessas transformações, Almeida (2014) discute em seu artigo que algumas pessoas ainda buscam encontrar no casamento um refúgio e amparo na sociedade atual, marcada pelo efeito de desestabilização provocado pelas rupturas das instituições e pelo colapso de referências tradicionais, além da tentativa de viver algo diferente daquilo que vivenciaram em suas famílias de origem. Quanto às mudanças culturais, é possível notar uma importante transformação sobre a concepção de família e do casamento, como o reconhecimento de famílias sem um par conjugal, apenas com filhos, além de crianças que nascem fora de uma relação estável. Também já se admitem os filhos como projetos individuais, e não somente projetos de um casal, como era anteriormente (Borges e Magalhães, 2013).

Zordan *et al.* (2009) realizaram um estudo com 197 participantes com idades entre 20 e 31 anos (considerados adultos jovens), a fim de conhecer os motivos e expectativas dos jovens adultos em relação ao casamento. Entre os motivos encontrados pelas pesquisadoras para que as pessoas se casem estão: o amor, a afinidade, o companheirismo e o envolvimento afetivo – questões que estariam relacionadas ao casamento contemporâneo, marcado pela valorização do afeto e da qualidade da relação conjugal. Ainda segundo essa pesquisa, entre os cinco principais projetos de vida dos participantes predominaram os aspectos profissionais e materiais, como alcançar realização profissional e assegurar boas condições de vida. Já o projeto vital de se casar ficou entre as últimas posições – 19^a entre 21 projetos, apesar de outras formas de relação terem se mostrado mais bem classificadas, como ter um bom relacionamento com companheiro ou companheira, que ficou em 8^o lugar na lista. Isso demonstra que o modelo de casamento tradicional tem se desvinculado cada vez mais da noção de vida conjugal concebida pelos jovens adultos. Outro dado relevante encontrado por Zordan *et*

al. (2009) é que mais de 90% dos entrevistados indicou o desejo de se casar algum dia. Apesar de não ser um projeto prioritário para essas pessoas, o casamento ainda é uma aquisição desejada, o que indica que pode ter sido adiado para um momento posterior à realização profissional.

Outro estudo que buscou conhecer uma perspectiva contemporânea sobre as motivações para a escolha do cônjuge foi desenvolvido por Silva *et al.* (2010). As pesquisadoras entrevistaram cinco casais que se encontravam no semestre anterior ao seu primeiro casamento, levando em consideração aspectos ligados à transgeracionalidade, às similaridades e às complementaridades existentes entre os cônjuges. O relacionamento conjugal dos pais destacou-se como um exemplo importante, sendo referido por nove entre dez entrevistados que fizeram referências positivas ou negativas quanto ao casamento de seus pais, o que indicou que esse modelo parental pode tanto ser um exemplo a ser seguido quanto a ser evitado pelos filhos. No que tange à busca por similaridades, oito participantes relataram a importância de existirem aspectos comuns entre os cônjuges, como valores, ideias, objetivos e interesses compartilhados. Três participantes mencionaram a valorização das diferenças, sendo que dois deles integraram complementaridade e similaridade.

Silva *et al.* (2010) consideraram, ainda, que as percepções de um cônjuge podem ser diferentes das percepções do outro cônjuge e também de sua família de origem, o que é consistente com os achados de Bachand e Caron (2001) sobre a possibilidade de que o casamento seja vivenciado de modo diferente para cada casal, ou até mesmo para cada indivíduo. Como conclusão do estudo de Silva *et al.* (2010), afirma-se a importância de motivações transgeracionais, bem como da busca por similaridades e complementaridades, para a escolha do cônjuge, lembrando que essas questões podem interagir durante esse processo. Além disso, é possível que outros aspectos tenham influência na escolha conjugal, visto que ela parece assumir características próprias para cada indivíduo. Entre essas possíveis influências, estão os valores culturais das gerações anteriores na vida dos membros da família, o que pode se tornar um obstáculo ao avanço do vínculo conjugal, ao aprisionar os comportamentos de seus membros, levando, por exemplo, a uma separação, conforme indicado por Quissini e Coelho (2014). Essas auto-

ras investigaram em seu estudo as percepções de quatro homens e seis mulheres separados e divorciados sobre a influência de suas famílias de origem nas temáticas da escolha do cônjuge, vida conjugal e decisão de se separar. Entre os achados, destacaram-se relatos de busca por semelhança entre os próprios pais e o companheiro escolhido, evidenciando a influência da família de origem na escolha do parceiro e em diversas fases da construção da conjugalidade, o que pode, muitas vezes, influenciar a forma de se relacionar do novo casal (Quissini e Coelho, 2014).

Relação conjugal: uma construção possível

A realidade acelerada da vida contemporânea desencadeia uma busca frenética pelo sucesso e pela estabilidade financeira. Os múltiplos afazeres e funções exigem muito de homens e mulheres, que são forçados a conciliar as vivências do ambiente doméstico e as pressões incessantes do trabalho. Devido a esse estilo de vida cindido e célere, os cônjuges têm cada vez mais ocupações e menos tempo para darem uma pausa e cuidarem de seu relacionamento. A pesquisa quantitativa realizada por Appel *et al.* (2012) buscou identificar as relações entre fatores psicossociais do trabalho, relacionamento conjugal e saúde geral, e abarcou 220 adultos que trabalhavam em empresas de grande porte e vivenciavam um relacionamento. Os resultados do estudo sugeriram que condições de trabalho favoráveis e relacionamentos conjugais satisfatórios são considerados interdependentes e centrais na vida adulta dos participantes, além de serem protetivos à saúde geral, enquanto que a insatisfação pode desencadear sintomas físicos, esgotamento emocional, depressão, ansiedade e estresse, o que evidencia maior vulnerabilidade da saúde geral. Quando comparadas as condições de trabalho e o relacionamento conjugal entre si, as condições de trabalho se mostraram mais desfavoráveis à saúde geral do que o relacionamento conjugal, devido à maior demanda psicológica no trabalho, além de pouca autonomia nesse ambiente. Em contrapartida, aqueles que, mesmo com situações de alto nível de estresse no trabalho apresentavam maior satisfação no relacionamento conjugal, mostraram uma tendência de menor vulnerabilidade da saúde geral (Appel *et al.*, 2012).

Também pensando na proximidade da relação entre trabalho e relacionamentos afeti-

vos, Perlin e Diniz (2005) desenvolveram uma pesquisa a respeito da satisfação conjugal e a conciliação entre vida pessoal, conjugal e profissional de homens e mulheres que trabalham fora – o chamado casamento de duplo trabalho ou casais de dupla carreira. Foram entrevistadas 444 pessoas (222 homens e 222 mulheres) de Brasília (DF), casadas havia no mínimo dois anos. Em oposição à ideia de crise do casamento e da família, os dados indicaram que os casais tinham disposição para permanecerem juntos e investir na relação conjugal. Além disso, o modelo de casamento de duplo trabalho mostrou a possibilidade de ser bem-sucedido, por permitir um equilíbrio entre individualidade e conjugalidade. Esses dados corroboram o estudo realizado por Borges *et al.* (2014), que, com base em entrevista realizada com dez pessoas com idades entre 27 e 34 anos, chegaram à conclusão de que o esboço almejado para as relações conjugais contemporâneas é a combinação de dois elementos: um relacionamento baseado em amor, companheirismo, admiração mútua, entre outras características, e a liberdade individual para cada um construir sua trajetória de vida das mais variadas formas. Ambas as pesquisas sugerem que as pessoas entrevistadas parecem estar dispostas a se adequarem às condições da vida moderna para que seus casamentos funcionem.

Norgren *et al.* (2004) argumentam que uma relação conjugal pode ser uma construção conjunta da realidade, com cada cônjuge comprometendo-se com a sua escolha e acreditando no que está fazendo. É necessário que haja investimento na relação para que ela continue satisfatória ao longo dos anos de união, na busca de uma posição de equilíbrio entre individualidade e conjugalidade. Féres-Carneiro (1998) indica que, apesar de os casamentos contemporâneos serem marcados pela busca do individual e da autonomia, é preciso que os cônjuges vivenciem uma zona comum de interação, na qual ambos possam se desenvolver e realizar seus projetos comuns. A instabilidade das relações conjugais contemporâneas não indica o fim de projetos da vida a dois, mas enfatiza a satisfação pessoal nas relações (Borges *et al.*, 2014). Uma pesquisa realizada por Heckler e Mosmann (2014) com seis casais heterossexuais com idades entre 24 e 34 anos, sem filhos e de dupla carreira, buscou compreender a formação do casal, seus papéis, trabalho e projetos de vida nos primeiros anos de casamento. Os entrevistados relataram a importância que dão à carreira profissional e às conquistas fi-

nanceiras proporcionadas pelo trabalho, com projetos voltados para o aperfeiçoamento profissional e a aquisição de bens, indicando que a conciliação entre a carreira e o casamento é um dos grandes desafios dos casamentos de hoje (Heckler e Mosmann, 2014).

Amor de longa duração

A literatura a respeito dos casamentos de longa duração ainda apresenta discordâncias sobre quantos anos uma relação conjugal deve durar para que seja considerada como tal. A maioria dos estudiosos do tema concorda que um relacionamento duradouro é aquele que se mantém por considerável período de tempo (Bachand e Caron, 2001), sem, no entanto, determinar uma duração fixa que possa servir de referência ou padrão. A partir da análise dos estudos da presente revisão, destaca-se que tal dificuldade de delimitar o que caracterizaria um relacionamento de longa duração não se restringe à duração de um casamento em anos, mas perpassa a própria concepção de relacionamento conjugal com a qual convivemos na contemporaneidade. Para além das observações que pontuam que, atualmente, os casamentos têm durado significativamente menos tempo, há necessidade de constante revisão acerca do que compreendemos como laço conjugal. De qualquer modo, a durabilidade de um relacionamento pode estar relacionada tanto às peculiaridades do período histórico-cultural quanto ao efetivo trabalho dos cônjuges, no sentido de desenvolverem estratégias mais adequadas para a manutenção de relacionamentos satisfatórios para ambos.

Segundo Aboim (2009), o aumento do número de divórcios e a recomposição conjugal na contemporaneidade seriam uma forma de contestação da perenidade do casamento, ao mesmo tempo em que demonstram a crescente importância atribuída ao bem-estar individual e à paixão erótica como ingredientes da conjugalidade. A explicação para o fim de tantas uniões conjugais poderia repousar na tentativa de fugir às regras institucionais que o casamento envolve e que perduraram por tanto tempo – como a marcada diferenciação de gênero e a impossibilidade de dissolução do vínculo matrimonial. Tais preceitos têm sido amplamente contestados na contemporaneidade. Bachand e Caron (2001) indicam que os terapeutas podem auxiliar os casais a reconhecerem que, mesmo vivenciando um período de altas taxas de divórcio, um casamento feliz

de longa duração pode ser uma realidade viável para aqueles casais que o desejarem e se esforçarem para lograr essa permanência. Ou seja, não é porque muitos casamentos têm fim que não é possível que um casal consiga manter uma relação conjugal duradoura e ainda assim satisfatória.

Ainda sobre o estudo de Bachand e Caron (2001), uma pesquisa qualitativa sobre os casais envolvidos em casamentos de longa duração, que se consideravam felizes, foi desenvolvida com base em entrevistas com 15 casais do estado do Maine, EUA, unidos havia pelo menos 38 anos e pais de pelo menos um filho. Os principais motivos mencionados por maridos e esposas para a consumação do casamento foram: amor, origens e interesses semelhantes, e amizade. É relevante ressaltar que esses motivos parecem ser, segundo as pesquisadoras, não somente um benefício dos casamentos de longa duração, mas também uma causa deles. Houve variedade de respostas, o que sugere que o significado atribuído à relação conjugal para cada casal – ou mesmo para cada cônjuge – pode ser diferente. Quando questionados a respeito dos filhos e da sua influência na relação conjugal, todos os entrevistados indicaram que o nascimento das crianças trouxe certa coesão ao casamento e reforçou ainda mais o laço conjugal, o que foi corroborado por Grizólio *et al.* (2015).

Também em busca de conhecer os principais motivos referidos por 28 casais (satisfeitos ou insatisfeitos) para permanecerem juntos após longos anos de união conjugal, Norgren *et al.* (2004) obtiveram as seguintes indicações: o fato de acreditarem que o casamento é uma parceria para a vida toda, a sensação de responsabilidade que um cônjuge tem pelo outro e haver amor cimentando a relação. A repetição e o tédio nos relacionamentos foram dados mencionados por casais satisfeitos e insatisfeitos, o que levou os autores a supor que evitar essa questão talvez seja relevante para assegurar a longa duração dos relacionamentos. A relação afetiva e a tomada de decisões em conjunto foram outras justificativas comuns dos participantes para que permaneçam juntos. A crença religiosa foi outro fator que pode ter influenciado na continuidade dos relacionamentos conjugais investigados. Norgren *et al.* (2004) observaram que todos os casais considerados satisfeitos com seus relacionamentos de longa duração eram católicos praticantes, o que, segundo os autores, pode indicar que estejam

realmente comprometidos com a impossibilidade de dissolução do matrimônio, que é um dogma defendido por sua religião. Apesar disso, é importante refletir que essa ideia de irreversibilidade do casamento extrapola o campo religioso, estando mesclada aos aspectos histórico-sociais da época em que os entrevistados se casaram, quando o casamento legal e indissolúvel era o modelo legítimo das relações conjugais, sendo o único caminho para constituir uma família (Amorim e Stengel, 2014).

Em pesquisa conduzida com 200 pessoas casadas, Costa *et al.* (2015) elencaram que os principais motivos de conflito no casamento de longa duração foram os filhos, as experiências nas famílias de origem, as finanças, as diferentes características entre os cônjuges, as preferências de cada parceiro e o tempo reservado para ficarem juntos. O estudo de Grizólio *et al.* (2015), que entrevistou 25 casais, identificou que a parentalidade emerge tanto como uma categoria que justifica a manutenção do relacionamento ao longo dos anos, dando maior sentido à experiência conjugal, como constitui uma fonte recorrente de conflitos, notadamente durante a infância e a adolescência dos filhos. Pode-se destacar que a interface entre conjugalidade e parentalidade é importante não apenas nos períodos de transição ou de início do relacionamento, mas também ao longo de todo o ciclo vital.

As pesquisas nacionais sobre os casamentos de longa duração estão em ascensão (Norgren *et al.*, 2004; Paiva e Gomes, 2006; Costa e Mosmann, 2015), ainda que constituam um grupo ainda muito específico no campo dos estudos sobre família, com poucas publicações. Há que se ampliar as investigações que questionem, de fato, quais os motivos ou as explicações que os cônjuges apresentam para a manutenção da conjugalidade ao longo do tempo, bem como as mudanças na conjugalidade no ciclo vital, comportando desafios, aprendizados e transformações. Publicações recentes têm oportunizado a investigação mais direta desse fenômeno, quer seja pelos conflitos que emergem ao longo do tempo (Costa *et al.*, 2015) ou pelo modo como os mesmos são manejados e solucionados, o que coloca os casais longevos como um público potencial para novos estudos. Compreendendo essas motivações, pode-se entender melhor como a própria conjugalidade se transforma e se reinventa com o passar do tempo. O papel da parentalidade tem emergido como catego-

ria de destaque nesses estudos de longa duração (Grizólio *et al.*, 2015), sendo possível, em pesquisas vindouras, compreender de modo mais aprofundado de que modo a experiência parental se transforma com o passar dos anos, repercutindo também na dinâmica conjugal.

Influência dos papéis de gênero na conjugalidade

Os indivíduos contemporâneos vivenciam o desejo de “ter asas e raízes”, conforme a metáfora mencionada por Borges *et al.* (2014, p. 97). Isso significa que, sendo parte de um casal, eles querem ter sua independência e sentem medo de perder sua individualidade nos papéis que desempenham no casal, porém, ao mesmo tempo, não querem ficar sozinhos para sempre. Essa temática paradoxal marca os relacionamentos na contemporaneidade.

Pesquisa realizada por Borges *et al.* (2014) com 20 pessoas de duas gerações diferentes buscou compreender se os planos de constituir uma família estão inseridos nos projetos de vida desses indivíduos. As pesquisadoras observaram uma diminuição nas assimetrias de gênero, o que resulta em similaridades nos percursos de vida desses homens e mulheres entrevistados, considerando que ambos apresentaram preocupações com a profissão, o trabalho e a independência financeira. Além disso, a família já não aparece mais como o núcleo de projetos e trajetórias de vida dessas pessoas. Esses achados demarcam uma diferenciação de tempos mais antigos, quando os papéis sociais de homens e mulheres eram predeterminados, com os homens ligados ao mundo público – trabalhando fora de casa – e as mulheres vinculadas ao espaço privado – cuidando da vida doméstica e dos filhos (Borges e Magalhães, 2013; Borges *et al.*, 2014). A necessidade imprescindível de um companheiro para ter filhos foi descartada pelos entrevistados da geração mais jovem, que indicaram o desejo de tê-los, sendo os mesmos apontados como figuras determinantes na constituição da família dos participantes. Aponta-se, assim, uma transformação na tradicional concepção do casal como a estrutura mínima de partida para a constituição de uma família, com a chegada dos filhos. Ou seja, a ideia de ter filhos aparece independentemente da existência de uma vida conjugal, o que permite postular a legitimidade de uma família constituída sem o casal parental (mães e pais sol-

teiros, “produção independente”), de forma que a possibilidade de ter filhos se apresente como um projeto individual, e não mais como um projeto compartilhado pelo casal (Borges *et al.*, 2014).

O crescimento da valorização da individualidade acarretou mudanças que afetaram inclusive a decisão de modificar ou não o nome recebido da família de origem. O primeiro Código Civil Brasileiro (Lei nº 3071, de 1º de janeiro de 1916) previa a obrigatoriedade da mulher de adotar o sobrenome do marido, como forma de afirmar o poder marital, com raízes no direito romano, no qual a mulher ingressava como filha na família do esposo. A partir da modificação da lei, em 1977, esse dever de utilizar o sobrenome do marido passou a ser facultativo (Cantarelli *et al.*, 2013). No estudo realizado por Cantarelli *et al.* (2013), entre os motivos citados pelas sete mulheres entrevistadas para não acrescentarem o sobrenome do marido/parceiro, estavam a preservação das identidades pessoal, familiar, profissional e cultural, além de questões burocráticas, o que ressalta a ideia de que o nome é parte importante da identidade das pessoas, e sua alteração poderia ser um modificador dessa identidade pessoal, que é algo distante do desejo das participantes da pesquisa – com idades entre 27 e 44, além de profissões variadas.

Apesar dessa possível diminuição das assimetrias de gênero discutida por Borges *et al.* (2014), Oltramari (2009) discute em seu estudo que, apesar das mudanças significativas ocorridas, ainda não é possível falar em igualitização de papéis de homens e mulheres. Ao mesmo tempo em que permanecem as tradições e os valores consagrados, é possível vislumbrar as transformações em curso, o que auxilia a compreensão das formas complexas de constituição da conjugalidade. Segundo Perlin e Diniz (2005), os casais são pressionados a manterem os modelos tradicionais de sexualidade e família, ao mesmo tempo em que precisam se adequar às exigências do mercado de trabalho e de papéis de gênero cada vez mais flexíveis. Essas mudanças são ainda mais marcantes para as mulheres, pois seus papéis sociais se modificaram mais rapidamente a partir do movimento de emancipação feminina (Brasileiro *et al.*, 2002). O avanço feminino alcançado nas questões profissionais não foi estendido ainda ao ambiente familiar, por exemplo, com a divisão igualitária de tarefas. Alguns estudos desenvolvidos sobre essa temática encontraram dados que indicam que

os homens ainda desempenham papéis coadjuvantes nas tarefas domésticas, com relatos de queixas femininas sobre maior responsabilidade e sobrecarga (Fleck e Wagner, 2003; Garcia e Tassara, 2003; Heckler e Mosmann, 2014; Jablonski, 2010).

Conflitos conjugais e estratégias de resolução

Os desafios do casamento se constroem, entre outros fatores, a partir de expectativas do companheiro anteriores à relação, experiências familiares de cada cônjuge, comportamentos, princípios e valores próprios, além de frustrações e conflitos mal resolvidos (Almeida, 2014; Quissini e Coelho, 2014). Ainda que haja pontos favoráveis ao sustento de uma relação, não há como garantir a sua durabilidade, o que não significa que relacionamentos findados se caracterizem como fracassos (Amorim e Stengel, 2014).

A forma como os cônjuges solucionam seus conflitos interfere na satisfação e estabilidade dos relacionamentos. Um problema corresponde a um conflito entre o que se deseja e a realidade vivenciada (Garcia e Tassara, 2003). Já uma estratégia de resolução seria uma forma de modificar essa realidade, pensando nas possibilidades e limites, na tentativa de aproximá-la daquilo que é esperado por um cônjuge ou por ambos (Garcia e Tassara, 2001). Ou seja, o que é percebido por um cônjuge como um problema pode não ser visto da mesma forma pelo outro. Por esse motivo, estratégias bem empregadas desde o início do relacionamento podem ampliar as chances de estabilidade do casal ao longo dos anos (Fonseca e Duarte, 2014).

Na busca de identificar os principais motivos de conflitos conjugais e a frequência com que ocorrem, Mosmann e Falcke (2011) desenvolveram um estudo quantitativo com 149 casais. As pesquisadoras encontraram que o motivo mais frequente de desentendimento alegado pelos casais foi a relação com os filhos, seguido pelo tempo que os cônjuges desfrutam juntos, dinheiro, tarefas domésticas, sexo e questões legais. Entre as formas de resolução de conflito, a mais utilizada pelos casais foi discutir com calma, sendo que agressão verbal, física ou arremesso de objetos contra o(a) parceiro(a) também já havia acontecido em grande parte dos casais. As pesquisadoras consideraram que houve níveis importantes de desentendimentos e agressões, o que pode

indicar que acumular conflitos não resolvidos pode favorecer a geração de um processo cíclico no qual os desentendimentos retornam mais fortes, o que favorece que níveis crescentes de agressão verbal ou física sejam atingidos.

A fim de investigar a influência da comunicação nos relacionamentos conjugais, Bereza *et al.* (2005) entrevistaram 50 pessoas casadas, moradoras da cidade de Cascavel (PR), com idades entre 30 e 40 anos. Segundo os dados obtidos, os assuntos que prevaleceram nas conversas do casal foram filhos, trabalho, dinheiro e sexo, nessa ordem. Foi ressaltado que, na sociedade capitalista em que vivemos, assuntos pessoais que remetem à própria pessoa (como a sexualidade) são evitados, pois há outros tópicos como mais importantes e socialmente mais aceitáveis – como aqueles relacionados às questões financeiras, por exemplo. Segundo o referido estudo, a falta de tempo e o trabalho são os principais fatores que possivelmente dificultam a comunicação dos entrevistados com seus parceiros (Bereza *et al.*, 2005).

Heckler e Mosmann (2014) encontraram resultados semelhantes em sua pesquisa. Os seis casais heterossexuais entrevistados, sem filhos, de dupla carreira e com idades entre 24 e 34 anos indicaram a falta de tempo e cansaço como fatores que atrapalham a relação conjugal. Isso diferencia os casamentos atuais daqueles de alguns anos atrás, época em que os homens passavam mais tempo fora de casa e envolvidos com o trabalho. Além disso, também foi observado que apenas um homem entrevistado ganhava um salário maior do que a companheira, o que pode indicar que as mulheres têm alcançado posições melhores no mercado de trabalho (Heckler e Mosmann, 2014). As exigências do trabalho demandam a negociação de aspectos conjugais e profissionais, a fim de que a organização conjugal se torne menos conflituosa e seja possível ter mais funcionalidade nas relações (Souza *et al.*, 2007).

Garcia e Tassara (2001, 2003) desenvolveram estudos com 20 mulheres casadas há mais de 15 anos sobre estratégias que os casais utilizam para enfrentar o cotidiano conjugal – seja para superar a condição insatisfatória em que vivem ou mesmo para reduzir o impacto negativo gerado pela impossibilidade de resolução dos problemas – e sobre os problemas vivenciados no casamento. As entrevistadas foram divididas em três grupos: (i) mulheres felizes e satisfeitas com o casamento, (ii) mulheres

felizes e insatisfeitas e (iii) mulheres infelizes com sua relação conjugal. As pesquisadoras encontraram como resultado a prevalência de estratégias diretas (como ordens, ameaças, reprimendas e cobranças) ou o uso combinado de estratégias diretas e indiretas, que mesclam as ações referidas anteriormente à chantagem emocional, o “jeitinho”, a fragilização do marido e/ou dos filhos. Os tipos de problemas indicados pelas entrevistadas foram agrupados em: (i) conflitos decorrentes de exigências financeiras e profissionais e (ii) questões associadas às relações entre os cônjuges ou deles com outros membros da família. Os conflitos vivenciados nas relações interpessoais (como falta de diálogo, temperamento difícil do parceiro e divergências na educação dos filhos) foram responsáveis por 77,6% das queixas, enquanto os problemas relacionados com o trabalho corresponderam a 22,4% das indicações. Como denominador comum dos relatos das 20 mulheres entrevistadas, observou-se que não existem casamentos sem problemas (Garcia e Tassara, 2003).

Segundo Borges *et al.* (2014), sustentar a afirmação das individualidades pode se tornar uma fonte de tensão nos relacionamentos, pois exige maiores negociações e conciliações por parte dos cônjuges, o que pode tornar a relação amorosa mais instável. É possível que a valorização da individualidade nos relacionamentos afetivos venha contribuindo para esboçar novos contornos para as relações conjugais na contemporaneidade, ressaltando-se inclusive uma possível relação entre o aumento do número de divórcios e as dificuldades para negociar e conciliar desejos e expectativas individuais no casamento. Nos discursos dos entrevistados por Borges *et al.* (2014), as autoras observaram que o divórcio foi percebido como libertador do indivíduo, por permitir que ele desencadeie mudanças enriquecedoras para o eu, enquanto o casamento foi considerado pelos entrevistados, de certa forma, como limitador de possibilidades individuais.

A satisfação conjugal está associada a questões como ajustamento conjugal, expressão de afeto, coesão, proximidade, capacidade de resolução de problemas e habilidade de comunicação (Norgren *et al.*, 2004). A comunicação influencia diretamente os relacionamentos conjugais, visto que pode trazer mais satisfação e intimidade ou mesmo distanciar os parceiros, quando estes evitam conversas íntimas (Bereza *et al.*, 2005). Em sua revisão, Oltramari (2009) encontrou dados semelhan-

tes em outros estudos. Barthes (2003) também crê na importância da comunicação para cultivar os relacionamentos, vista como uma dimensão interpessoal que auxilia a constituição do sentimento amoroso. Brehm (1991) complementa que a comunicação permite que os parceiros se exponham ao outro e mostrem quem são, o que alimenta a confiança mútua. Sendo assim, a comunicação franca dos desejos e insatisfações em uma relação conjugal tende a gerar maior reciprocidade no casal, enquanto que a falta de franqueza pode contribuir para desenvolver relações mais propensas a distorções e conflitos (Bereza *et al.*, 2005).

A empatia também mostrou ter relação direta com a satisfação conjugal. Segundo dados da pesquisa de Sardinha *et al.* (2009) com 50 casais unidos há no mínimo sete anos, quanto maior o grau de empatia percebido pelo cônjuge, melhores são os níveis de interação e satisfação conjugal. Isso demonstra que a empatia promove entendimento na interação e facilita o diálogo, o que evita muitos atritos. A pesquisa verificou, ainda, que se expressar assertivamente também contribui para uma maior satisfação conjugal, pois facilita a solução de problemas e promove a tranquilidade.

À guisa de conclusão, algumas considerações devem ser destacadas. Os estudos apontam que as mulheres e o amor são considerados os pivôs responsáveis por essas transformações na conjugalidade, visto que ultrapassaram os limites impostos até há pouco tempo para sua expressão. O papel feminino ampliou-se para além das funções maternas, enquanto o amor foi incluído como ingrediente fundamental para a obtenção de realização em um casamento. As uniões conjugais passaram a ser uma escolha individual baseada em questões como amor, amizade e companheirismo. A busca por similaridades e complementaridades foi detectada nos discursos dos casais, assim como a influência dos relacionamentos dos pais nas futuras relações estabelecidas por seus filhos – seja como um exemplo a ser seguido ou mesmo como um modelo a ser evitado por eles.

A conciliação entre vida pessoal, conjugal e profissional na chamada dupla carreira também mostrou influência na dinâmica dos relacionamentos, mostrando-se como um dos grandes desafios dos casamentos de hoje. Por indicar a possibilidade de sucesso ao permitir um equilíbrio entre individualidades e conjugalidade, os casais de dupla carreira valorizam

um relacionamento baseado no amor e no companheirismo, além de na liberdade para ambos os membros construírem sua própria trajetória de vida (Borges *et al.*, 2014; Heckler e Mosmann, 2014; Perlin e Diniz, 2005).

Para que um casamento seja duradouro, é necessário que o casal tenha afinidades, objetivos comuns e que construa um ambiente de interação e intimidade entre eles, não se esquecendo, todavia, da importância de haver um espaço reservado para o desenvolvimento da autonomia de cada um. Sendo assim, o casamento passa a ser um convívio entre individualidades e conjugalidade (Féres-Carneiro, 1998), no qual é necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre as partes para que o todo funcione bem. Deve-se ressaltar que, segundo os resultados encontrados por Zordan *et al.* (2009), o casamento não é um dos principais projetos de vida dos jovens adultos contemporâneos, entretanto, apesar de adiada para um momento posterior à realização profissional e financeira, a conjugalidade ainda é desejada pelas pessoas.

Considerações finais

A conjugalidade vem sofrendo profundas transformações ao longo do tempo. Como pontuado na literatura científica analisada, o modelo tradicional de família cada vez mais perde vigor e abre espaço para o surgimento e integração de novos modelos familiares e conjugais. Observamos na contemporaneidade a coexistência de diversas formas de vivenciar a conjugalidade, que incluem em seu contexto particular características tradicionais e modernas. A pluralidade dos modelos conjugais torna-se, então, uma particularidade do momento histórico que vivemos.

O amor é um processo dinâmico e está sujeito às mudanças acarretadas pela convivência e pela rotina que se constrói ao longo do tempo de casamento. A satisfação conjugal torna-se, então, um fator importante para a manutenção da afetividade entre os cônjuges durante os anos de relacionamento. Entre os motivos para a manutenção de um casamento por muitos anos estão: a crença de que o casamento é uma parceria para a vida toda, a responsabilidade que os cônjuges sentem um pelo outro, o amor que há entre eles, a influência da crença religiosa, a necessidade de cuidar dos filhos, entre outros. O importante é lembrar-se de que a satisfação conjugal é algo que se refere ao casal, ou até mesmo ao indivíduo,

pois cada um pode ter uma maneira diferente de considerar o que é ou não satisfatório em um relacionamento.

A comunicação foi retratada como uma ferramenta útil em favor da manutenção dos laços afetivos. Segundo as pesquisas, nas relações nas quais o diálogo está presente, os níveis de satisfação conjugal e de intimidade conquistados podem ser maiores. Em contrapartida, a falta de tempo e o trabalho apareceram como fatores que podem dificultar a comunicação entre o casal, o que comprometeria a capacidade de resolução de conflitos. O psicólogo tem um papel importante no contexto conjugal, visto que pode auxiliar os casais a reconhecerem que, com abertura e disponibilidade para estar com o outro, um relacionamento pode ser considerado satisfatório e perdurar ao longo do tempo, obviamente não cristalizado dentro de um mesmo padrão de conjugalidade, mas em constante diálogo, reinvenção e aprimoramento. Nesse sentido, os relacionamentos de longa duração podem nos dar pistas de como a conjugalidade pode se transformar ao longo do tempo, ocupando posições ora de figura, ora de fundo, nos percursos de vida de ambos os cônjuges.

Uma das limitações do presente estudo foi circunscrever a busca bibliográfica ao contexto de produção local e latino-americano, haja vista as bases indexadoras selecionadas. Essa estratégia colocou em evidência a literatura em língua portuguesa. Como recomendação para estudos futuros, seria importante incluir outras bases indexadoras das ciências humanas e da saúde, possibilitando o acesso a outros materiais. Essa ampliação de bases e, conseqüentemente, da amostra, poderia propiciar a discussão comparativa entre contextos distintos, permitindo um retrato mais aproximado da produção internacional sobre o tema. A adoção de critérios adicionais, como análise dos níveis de evidência, seguindo as recomendações das revisões integrativas, poderia recuperar estudos mais robustos e com possibilidades de gerar impacto no conhecimento produzido. Tal procedimento, no entanto, esmaeceria os estudos qualitativos e teóricos, que, apesar de geralmente apresentarem evidências mais restritas para a prática, ainda reúnem a maior parte da produção sobre a temática da conjugalidade.

A escassez de estudos que privilegiem a conjugalidade de longa duração no contexto brasileiro foi uma constatação do presente estudo, o que deve ser observado com parcimônia,

haja vista a ascensão de estudos nacionais sobre esse fenômeno nos últimos anos, o que pode denotar maior interesse nesse público específico por parte dos pesquisadores e na própria conjugalidade em sua manifestação ao longo do ciclo vital. Depreende-se a necessidade de que investigações futuras tenham o foco voltado não apenas às motivações envolvidas na durabilidade do relacionamento, mas também aos processos que permitem que a conjugalidade possa ser compreendida como uma noção fundamentalmente dinâmica e em transformação.

Referências

- ABOIM, S. 2009. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **24**(70):107-122. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200007>
- ALMEIDA, T. 2014. O processo da escolha conjugal sob a perspectiva da Psicanálise Vincular. *Pensando Famílias*, **18**(1):3-18.
- AMORIM, A.N.; STENGEL, M. 2014. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, **19**(3):157-238. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2014000300003>
- ANTON, I.L.C. 2002. *Homem e mulher: seus vínculos secretos*. Porto Alegre, Artmed, 368 p.
- APPEL, M.; WENDT, G.; ARGIMON, I. 2012. As condições do trabalho e do relacionamento do casal são protetivas à saúde geral? Um estudo sobre o modelo de ajustamento diádico no Brasil. *Barbarói*, **37**(1):30-45.
- BACHAND, L.L.; CARON, S.L. 2001. Ties that bind: a qualitative study of happy long-term marriages. *Contemporary Family Therapy*, **23**(1):105-121. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1007828317271>
- BARTHES, R. 2003. *Fragments de um discurso amoroso*. São Paulo, Martins Fontes, 368 p.
- BAUMAN, Z. 2004. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Zahar, 192 p.
- BEREZA, E.A.; MARTINS, J.P.; MORESCO, L.; ZANONI, S.H.M.S. 2005. A influência da comunicação no relacionamento conjugal. *Arquivos de Ciências de Saúde da Unipar*, **9**(1):31-40.
- BORGES, C.C.; MAGALHÃES, A.S. 2013. Individualism, life trajectories and plans of constituting a family. *Estudos de Psicologia*, **30**(2):177-185. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200004>
- BORGES, C.C.; MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. 2014. Liberdade e desejo de constituir família: percepções de jovens adultos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, **66**(3):89-103.
- BOZON, M. 2003. Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, **20**:131-156. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000100005>

- BRASILEIRO, R.F.; JABLONSKI, B.; FÉRES-CARNEIRO, T. 2002. Papéis de gênero, transição para a paternidade e a questão da tradicionalização. *Psico*, **33**(2):289-310.
- BREHM, S. 1991. Las relaciones intimas. In: S. MOSCOVICI (ed.), *Psicologia Social I*. Barcelona/Buenos Aires/México, Paidós, p. 211-236.
- CANTARELLI, A.L.C.; LEVANDOWSKI, D.C.; MARIN, A.H. 2013. "Eu não alterei o meu nome": O que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável. *Pensando Famílias*, **17**(1):3-16.
- CARVALHO, F.C.G.; PAIVA, M.L.S.C. 2010. O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. *Boletim de Psicologia*, **59**(131):223-235.
- COSTA, C.B.; MOSMANN, C.P. 2015. Relacionamentos conjugais na atualidade: percepções de indivíduos em casamentos de longa duração. *Revista da SPAGESP*, **16**(2):16-31.
- COSTA, C.B.; MOSMANN, C.P.; FALCKE, D. 2015. Marital conflicts in long-term marriages: Motives and feelings. *Psicologia em Estudo*, **20**(3):411-423. <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27817>
- DEL PRIORE, M. 2006. *História do amor no Brasil*. São Paulo, Contexto, 330 p.
- DESSEN, M.A.; BRAZ, M.P. 2005. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: Implicações para o desenvolvimento da criança. In: M.A. DESSEN; A.L. COSTA-JÚNIOR, (eds.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre, Artmed, p. 132-149.
- DUARTE, J.P.; ROCHA-COUTINHO, M.L. 2011. "Namorado": uma forma contemporânea de conjugalidade? *Psicologia Clínica*, **23**(2):117-135. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652011000200008>
- FALCKE, D.; ZORDAN, E. 2010. Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, **62**(2):143-155.
- FÉRES-CARNEIRO, T. 1998. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **11**(2):379-394. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79721998000200014>
- FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. 2010. Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paideia*, **20**(46):269-278. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2010000200014>
- FLECK, A.C.; WAGNER, A. 2003. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Psicologia em Estudo*, **8**(1):31-38. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722003000300005>
- FONSECA, S.R.A.; DUARTE, C.M.N. 2014. Do namoro ao casamento: significados, expectativas, conflito e amor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, **30**(2):135-143. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722014000200002>
- GARCIA, M.L.T.; TASSARA, E.T.O. 2001. Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **14**(3):635-642. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722001000300019>
- GARCIA, M.L.T.; TASSARA, E.T.O. 2003. Problemas no casamento: uma análise qualitativa. *Estudos de Psicologia*, **18**(1):127-133. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100014>
- GRIZÓLIO, T.C.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.A. 2015. The perception of parenting couples engaged in long-term marriages. *Psicologia em Estudo*, **20**(4):657-667. <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.29536>
- HECKLER, V.I.; MOSMANN, C.P. 2014. Casais de dupla carreira nos anos iniciais do casamento: compreendendo a formação do casal, papéis, trabalho e projetos de vida. *Barbarói*, **41**(1):119-147.
- IAFRATE, R.; BERTONI, A.; MARGOLA, D. 2012. The link between perceptual congruence and couple relationship satisfaction in dyadic coping. *European Psychologist*, **17**(1):73-82. <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040/a000069>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2013. *Estatística do Registro Civil 2013*. Rio de Janeiro, Autor. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/estatisticas-do-registro-civil-2013.html>. Acesso em: 11/06/2016.
- JABLONSKI, B. 2010. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, **30**(2):262-275. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932010000200004>
- LEVY, M.S.F. 2009. A escolha do cônjuge. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, **26**(1):117-133. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982009000100009>
- MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. 2003. Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do "eu". In: Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, 2003, Rio de Janeiro, p. 1-13.
- MENDES, K. D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. 2008. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, **17**(4):758-764. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- MOSMANN, C.P.; FALCKE, D. 2011. Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista da SPAGESP*, **12**(2):5-16.
- MORAES, V. 1992. *Antologia poética*. São Paulo, Companhia das Letras, 328 p.
- NEVES, A.S.; DIAS, A.S.F.; PARAVIDINI, J.L.L. 2013. A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, **25**(11):73-87. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652013000200005>
- NORGREN, M.B.P.; SOUZA, R.M.; KASLOW, F.; HAMMERSCHMIDT, H.; SHARLIN, S. A. 2004. Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, **9**(3):575-584. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2004000300020>
- OLTRAMARI, L.C. 2009. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. *Psicologia em Estudo*, **14**(4):669-677. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000400007>

- O'LEARY, K.D.; ACEVEDO, B.P.; ARON, A.; HUDDY, L.; MASHEK, D. 2012. Is long-term love more than a rare phenomenon? If so, what are its correlates? *Social Psychological and Personality Science*, **3**(2):241-249.
<http://dx.doi.org/10.1177/1948550611417015>
- PAIVA, M.L.S.C.; GOMES, I.C. 2006. Casamentos duradouros: o uso de entrevistas e o TAT na análise psicanalítica da relação conjugal. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, **14**(2):151-159.
<http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v14n2p151-159>
- PASQUALI, L.; MOURA, C.F. 2003. Atribuição de causalidade ao divórcio. *Atribuição Psicológica*, **1**(1):1-16.
- PERLIN, G.; DINIZ, G. 2005. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, **17**(2):15-29.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652005000200002>
- POESCHL, G.; SILVA, B.P.; CARDOSO, F.T. 2015. Casamento, casamentos? Representações sociais do casamento heterossexual e do casamento homossexual. *Análise Psicológica*, **1**(33):73-87.
<http://dx.doi.org/10.14417/ap.886>
- QUISSINI, C.; COELHO, L.R.M. 2014. A influência das famílias de origem nas relações conjugais. *Pensando Famílias*, **18**(2):34-47.
- SARDINHA, A.; FALCONE, E.M.O.; FERREIRA, M.C. 2009. As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, **25**(3):395-402.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722009000300013>
- SCORSOLINI-COMIN, F. 2014. *Guia de orientação para a iniciação científica*. São Paulo, Atlas, 184 p.
- SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.A. 2012. Correlations between subjective well-being, dyadic adjustment and marital satisfaction in Brazilian married people. *The Spanish Journal of Psychology*, **15**(1):166-176.
http://dx.doi.org/10.5209/rev_SJOP.2012.v15.n1.37304
- SCRIBEL, M.C.; SANA, M.R.; BENEDETTO, A.M. 2007. Os esquemas na estruturação do vínculo conjugal. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, **3**(2). Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872007000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 05/11/2015.
- SILVA, I.M.; MENEZES, C.C.; LOPES, R.C.S. 2010. Em busca da "cara-metade": motivações para a escolha do cônjuge. *Estudos de Psicologia*, **27**(3):383-391.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300010>
- SILVA, M.H.; RELVAS, A.P. 2007. Casal, casamento e uniões de facto. In: A.P. RELVAS; M. ALARCÃO (eds.), *Novas formas de família*. Coimbra, Quarteto, p. 189-244.
- SILVA, P.O.M.; TRINDADE, Z.A.; SILVA JUNIOR, A. 2012. As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, **17**(3):435-443.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300012>
- SOUZA, N.H.S.; WAGNER, A.; BRANCO, B.M.; REICHERT, C.B. 2007. Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudos de casos. *Aletheia*, **26**(1):109-121.
- STANLEY, S.M.; RAGAN, E.P.; RHOADES, G.K. 2012. Examining changes in relationship adjustment and life satisfaction in marriage. *Journal of Family Psychology*, **26**(1):165-170.
<http://dx.doi.org/10.1037/a0026759>
- TORRES, A. 2004. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. *Caderno CRH*, **17**(42):405-429.
- ZORDAN, E.P.; FALCKE, D.; WAGNER, A. 2009. Casar ou não casar? Motivos e expectativas com relação ao casamento. *Psicologia em Revista*, **15**(2):56-76.

Submetido: 06/11/2015

Aceito: 05/02/2016